

A. S. J.
E. S.
P.
Paulo

CERCIG

**COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO
DE CIDADÃOS INADAPTADOS DA GUARDA**

Anexo do Exercício de 2017

ANEXO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

MS A
E-S.
PP
Pando

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO**1.1. Denominação da Entidade:**

CERCIG – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados da Guarda, CRL,
NIPC 500 697 930

1.2. Lugar da Sede Social:

Parque da saúde da Guarda, 6300-996 Guarda

1.3. Natureza da atividade:

Instituição sem fins lucrativos (Cooperativa) com utilidade pública reconhecida que protagoniza a sua intervenção junto dos grupos mais vulneráveis (crianças, jovens, adultos e idosos com deficiência e/ou problemas de inserção socioprofissional), a fim de defender os seus direitos individuais e de cidadania, designadamente para a promoção do direito à igualdade de oportunidades e melhoria da sua qualidade de vida.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

2.2. Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com as disposições do SNC-ESNL em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta. Os pressupostos subjacentes,

características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor. No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

As demonstrações financeiras do exercício de 2017 são comparáveis na sua plenitude com as do exercício de 2016.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1. Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

Moeda funcional e de apresentação

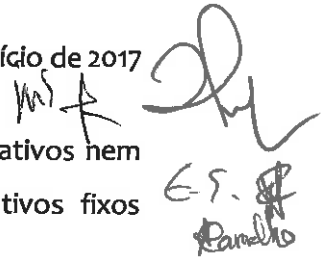
As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.



Handwritten signatures and initials, including 'MS', 'ES', and 'Ranallo'.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se valorizados ao seu valor nominal.

Inventários

- Mercadorias e Matérias-Primas - As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio.

Subsídios do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Instituição cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão registados em balanço na rubrica “Outras variações nos Fundos Patrimoniais” e são

reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de «outros terceiros» ao custo.

As dívidas de clientes e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

- Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

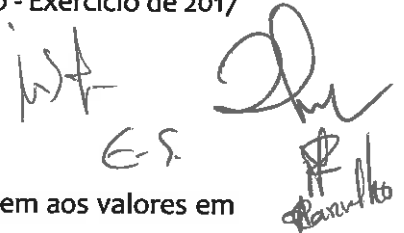
- Financiamentos Obtidos (empréstimos)

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

- Princípio do Acréscimo

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outros créditos a receber e a pagar» e «Diferimentos».



- Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Eventos subsequentes

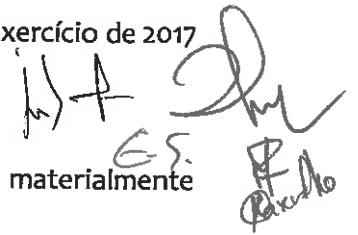
Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

b) Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

**d) Principais fontes de incerteza das estimativas:**

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

As estimativas contabilísticas não foram alteradas.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedeu a qualquer correção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2016, de acordo com o parágrafo 6 da NCRF-ESNL.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS**4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:****a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos. Os terrenos não são depreciados.

Handwritten signatures and initials:
 J.A.
 P.M.
 E.S.
 Barbosa

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

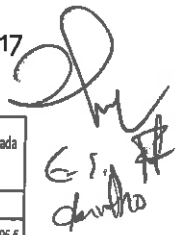
As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	7 a 20
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 14

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Rubricas	Situação em 31/12/2017			Situação em 31/12/2016		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Outros activos tangíveis:						
* Terrenos e recursos naturais	12 469,95 €	- €	12 469,95 €	12 469,95 €	- €	12 469,95 €
* Edifícios e outras construções	3 508 739,44 €	1 191 916,54 €	2 316 822,90 €	3 461 371,58 €	1 097 847,19 €	2 363 524,39 €
* Equipamento básico	856 409,61 €	611 718,39 €	244 691,22 €	832 896,82 €	565 419,88 €	267 476,94 €
* Equipamento de transporte	405 001,80 €	380 942,40 €	24 059,40 €	394 001,80 €	372 329,21 €	21 672,59 €
* Equipamento administrativo	155 228,10 €	153 601,25 €	1 626,85 €	155 228,10 €	152 394,55 €	2 836,55 €
* Outros activos fixos tangíveis	2 047,53 €	2 047,53 €	- €	2 047,53 €	2 047,53 €	- €
* Investimentos em Curso	507,43 €	- €	507,43 €	- €	- €	- €
Total.....	4 940 403,86 €	2 340 226,11 €	2 600 177,75 €	4 858 015,78 €	2 190 035,36 €	2 667 980,42 €

MSA

 E. S. A.
 Junho

Rubricas	Quantia escriturada 31/12/2016	Adições	Revalorizações	Alienações	Depreciações	Perdas imparidade	Abatas / Transferências	Quantia escriturada 31/12/2017
Outros ativos tangíveis:								
* Terrenos e recursos naturais	12 469,95 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	12 469,95 €
* Edifícios e outras construções	2 363 514,39 €	47 367,86 €	- €	- €	94 069,35 €	- €	- €	2 316 822,90 €
* Equipamento básico	267 476,94 €	23 512,79 €	- €	- €	46 298,51 €	- €	- €	244 691,22 €
* Equipamento de transporte	21 672,59 €	11 000,00 €	- €	- €	8 613,19 €	- €	- €	24 059,40 €
* Equipamento administrativo	2 836,55 €	- €	- €	- €	1 209,70 €	- €	- €	1 626,85 €
* Outros activos fixos tangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
* Investimentos em curso	- €	507,43 €	- €	- €	- €	- €	- €	507,43 €
Total.....	2 667 980,42 €	82 388,08 €	- €	- €	150 190,75 €	- €	- €	2 600 177,75 €

4.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos;

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos fixos tangíveis da Instituição.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Todos os itens constantes na rubrica de ativos intangíveis têm a sua vida útil finita.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta, em sistema de duodécimos. As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Handwritten signatures and initials: "RSB", "ES", and a large signature.

Rubricas	Situação em 31/12/2017			Situação em 31/12/2016		
	Quantia Bruta	Amortizações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Projectos de desenvolvimento	780,50 €	390,26 €	390,24 €	780,50 €	195,13 €	585,37 €
Programas de computador	8 913,73 €	8 562,51 €	351,22 €	8 913,73 €	8 359,02 €	554,71 €
Total	9 694,23 €	8 952,77 €	741,46 €	9 694,23 €	8 554,15 €	1 140,08 €

Rubricas	Quantia escriturada 31/12/2016	Adições	Revalorizações	Alienações	Amortizações	Perdas imparidade	Quantia escriturada 31/12/2017
Projectos de desenvolvimento	585,37 €				195,13 €		390,24 €
Programas de computador	554,71 €				203,49 €		351,22 €
Total	1 140,08 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	398,62 €	0,00 €	741,46 €

5.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos intangíveis que sejam dados como garantia de passivos;

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos intangíveis da Instituição, nem ativos intangíveis dados como garantia de passivos.

6. INVENTÁRIOS

6.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio e o Sistema de inventário intermitente.

6.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade:

Rubricas	Situação em 31/12/2017			Situação em 31/12/2016		
	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia escriturada
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	10 748,37 €		10 748,37 €	10 839,52 €	- €	10 839,52 €
Total	10 748,37 €	- €	10 748,37 €	10 839,52 €	- €	10 839,52 €

WA
EF
D
R
P
B
B
B

Movimentos	Mercadorias	Mat.-primas, subsid. consumo
Inventários iniciais	- €	10 839,52 €
Compras	19 545,97 €	81 316,17 €
Regularização de inventários	- €	- €
Inventários Finais	- €	10 748,37 €
Gasto do período.....	19 545,97 €	81 407,32 €

7. RENDIMENTOS E GASTOS

7.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada entre a entidade e o comprador ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade. O rédito inclui somente os influxos brutos de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade, recebidos e a receber de sua própria conta. Quando aplicável, as quantias cobradas por conta de terceiros são excluídas do rédito.

7.2. Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excepcionais.

Rubricas	31/12/2017	31/12/2016	Varição
Vendas de bens	27 669,90 €	42 905,87 €	-15 235,97 €
Prestação de serviços	280 278,15 €	288 090,99 €	-7 812,84 €
Juros	3 337,45 €	2 405,12 €	932,33 €
Total.....	311 285,50 €	333 401,98 €	-22 116,48 €

8. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

8.1. Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.

Handwritten signatures and initials:
 MSA
 ES.
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

Provisões	Saldo Inicial	Diminuição (utilização)	Aumento	Reversão	Saldo final
Pensões					- €
Impostos					- €
Garantias a clientes					- €
Processos judiciais em curso					- €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais					- €
Matérias ambientais					- €
Contratos Onerosos					- €
Reestruturação					- €
Outras provisões					- €
Total	- €	- €	- €	- €	- €

8.2. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

A rubrica de outros créditos e ativos não correntes do balanço apresenta 24.600 euros relacionados com dívidas a receber resultantes de adiantamentos a fornecedores de investimentos.

Em 31/12/2017 a instituição ainda não tinha esgotado todas as possibilidades no sentido de receber tais dívidas, pelo que o Conselho de Administração entende não existirem de momento situações de constituição de quaisquer provisões, perspetivando-se que no decorrer do exercício de 2018 tal situação seja definitivamente resolvida, com as necessárias implicações contabilísticas e reconhecimento das eventuais perdas por imparidade ou gastos associados.

9. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

9.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais

Outros variações nos fundos patrimoniais	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Subsídios ao investimento	1 277 101,65 €		55 147,60 €	1 221 954,05 €
Total... ..	1 277 101,65 €	- €	55 147,60 €	1 221 954,05 €

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos financeiros, são inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequente imputados numa base sistemática, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

ES.

A Instituição considera subsídios não reembolsáveis, quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

A Instituição teve aprovado e em curso um projeto de investimento para a construção de um edifício novo e aquisição de equipamentos (Lar Residencial), o qual tem subjacente um subsídio não reembolsável ajustado de 663.991,63 euros, que cumprindo os requisitos estabelecidos no capítulo 14 da NCRF-ESNL, foi contabilizado como componente o fundo patrimonial.

Está também considerado no fundo patrimonial um subsídio não reembolsável no montante de 75.000 euros, dos quais a Instituição já recebeu 44.336,08€, relacionado com investimento iniciado no exercício de 2013, consubstanciado na construção de um centro especial de emprego, aprovado pela iniciativa comunitária Programa Operacional Cooperação Transfronteiriça Portugal – Espanha (POCTEP), no âmbito do projeto “RED AMBASAGUAS”.

No exercício de 2013 foram também reconhecidos nesta conta de subsídios ao investimento dos Fundos Patrimoniais dois contratos relacionados com candidaturas da Instituição ao Programa Energia do PO Centro – Mais Centro, para efeitos de melhoria da utilização racional da energia e eficiência energética ambiental em equipamentos coletivos. Tais intervenções foram efetuadas no edifício Sede e no Bloco E – CRP e respeitam a investimento ao nível de painéis solares, iluminação e certificação energética. O total ajustado das participações aprovadas cifra-se em 171.337,96€, valor já recebido à data de 31/12/2017.

Para além destes subsídios, estão reconhecidos no fundo patrimonial sete subsídios provenientes de investimentos realizados e recebidos integralmente em anos transatos.

No corrente exercício foi imputado ao rendimento do período o montante de 55.147,60€ euros, ficando a rubrica “Outras variações nos Fundos Patrimoniais – Subsídios” a apresentar um valor de 1.221.954,05 euros.

Foram ainda reconhecidos na demonstração de resultados do corrente exercício 1.624.697,87 € euros de subsídios relacionados com a exploração da Instituição, relacionados com as entidades descritas na alínea e) seguinte.

9.2. Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades;

Não foram obtidos benefícios sem valor atribuído.

9.3. Principais doadores/fontes de fundos.

Os principais doadores de fundos foram as seguintes entidades coletivas públicas:

- Instituto da Segurança Social
- Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE)
- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- IFAP

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**10.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.**

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros, nomeadamente as rubricas de Créditos a receber, Fornecedores, Outros passivos correntes, Financiamentos obtidos e investimentos financeiros, encontram-se mensurados ao custo menos perda por imparidade.

10.2. Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- a) Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;
- b) Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;
- c) Outros créditos;
- d) Fundos subscritos e não realizados;
- e) Diferimentos.

A rubrica de outros créditos e ativos não correntes do balanço inclui 24.600 euros relacionados com dívidas a receber resultantes de adiantamentos a fornecedores de investimentos, com elevada antiguidade e cujo risco de incobrabilidade, sendo então definido que a sua duração residual seja superior a um ano.

is A ES
Parinho

10.3. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- a) Empréstimos por obrigações;
- b) Dívidas a instituições de crédito;
- c) Adiantamentos recebidos sobre encomendas;
- d) Dívidas por compras e prestações de serviço;
- e) Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;
- f) Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;
- g) Outras dívidas;
- h) Diferimentos.

Ver notas seguintes.

10.4. A quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria é a seguinte:

10.4.1. Clientes/Fornecedores/créditos a receber/outras passivos correntes/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 as rubricas de Clientes/Fornecedores/créditos a receber/outras passivos financeiros e pessoal apresentavam a seguinte decomposição:

Ativos e passivos correntes e não correntes

Rubricas	Situação em 31/12/2017			Situação em 31/12/2016		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Activos						
Créditos a receber - não corrente	514 259,94 €	- €	514 259,94 €	361 228,78 €	- €	361 228,78 €
Sócios	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Clientes e utentes (créditos a receber)	22 625,02 €	- €	22 625,02 €	26 227,95 €	- €	26 227,95 €
Créditos a receber - corrente	284 613,23 €	- €	284 613,23 €	642 281,75 €	- €	642 281,75 €
Total do Activo.....	821 498,19 €	- €	821 498,19 €	1 029 738,48 €	- €	1 029 738,48 €
Passivos						
Fornecedores	28 716,18 €	- €	28 716,18 €	30 486,99 €	- €	30 486,99 €
Financiamentos Obtidos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros passivos correntes	189 719,68 €	- €	189 719,68 €	184 077,61 €	- €	184 077,61 €
Total do Passivo.....	218 435,86 €	- €	218 435,86 €	214 564,60 €	- €	214 564,60 €

Handwritten signatures and initials: "ES" and "Luz"

10.4.2. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Financiamentos obtidos» do passivo, apresentava a seguinte decomposição:

Financiamentos obtidos

Modalidades de financiamento	Situação em 31/12/2017			Situação em 31/12/2016		
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Descobertos bancários	717,26 €	0,00 €	717,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	717,26 €	0,00 €	717,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

10.4.3. Investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Investimentos Financeiros», apresentava a seguinte decomposição:

Investimentos Financeiros

Rubrica	Situação em 31/12/2017			Situação em 31/12/2016		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por Imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por Imparidade acumuladas	Total
Outros Investimentos Financeiros						
* Fundo de Reestruturação do Setor Sollarío	816,35 €		816,35 €	816,35 €	- €	816,35 €
* Fundo Compensação do Trabalho	6 999,52 €		6 999,52 €	6 036,59 €	- €	6 036,59 €
Total.....	7 815,87 €	- €	7 815,87 €	6 852,94 €	- €	6 852,94 €

10.4.4. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	2 705,24 €	901,08 €
Depósitos à ordem	751 095,85 €	696 499,35 €
Depósitos a prazo	557 000,00 €	528 200,00 €
Total.....	1 310 801,09 €	1 225 600,43 €

A instituição é titular de uma conta bancária na CGD a qual não tem reflexo nos registos contabilísticos por respeitar a valores de utentes à guarda da CERCIG cuja gestão e movimentação é efetuada por técnica responsável.

11. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

11.1. Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

O número médio de funcionários durante o período foi de 77, enquanto que em 2016 foi de 85. Em 31/12/2017 o número de colaboradores era de 77. O órgão diretivo (Conselho de Administração) é constituído por cinco elementos, não tendo ocorrido alterações no período de relato financeiro.

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com Pessoal	31/12/2017	31/12/2016
Remunerações do Pessoal	1 007 565,12 €	1 046 802,61 €
Indemnizações	- €	650,00 €
Encargos sobre remunerações	211 410,55 €	203 674,91 €
Seguros de acidentes de trabalho	12 177,79 €	12 588,19 €
Outros gastos com o Pessoal	33 110,11 €	27 710,30 €
Total.....	1 264 263,57 €	1 291 426,01 €

11.2. Compromissos existentes em matéria de pensões.

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego (pensões) e outros benefícios a longo prazo de empregados.

MS A ES P
Dando

11.3. Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:**a) Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.**

Os membros dos Órgãos diretivos não são remunerados por tais funções.

12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**12.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço:**

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 5 de Março de 2018.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

13. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS**13.1. Situação tributária e contributiva**

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo), informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. OUTRAS DIVULGAÇÕES**14.1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.**

M. A. E.S. P. 2017

14.1.1. Diferimentos

A conta de diferimentos engloba gastos com seguros e outros gastos a serem reconhecidos na demonstração de resultados do período de 2018, de acordo com o princípio do acréscimo (especialização dos exercícios) e de forma consistente com os exercícios transatos.

Relativamente à rubrica de diferimentos do passivo corrente, refere-se a subsídios à exploração quanto a termos de aceitação de candidaturas que vão ser reconhecidos em rendimentos em anos futuros, de forma balanceada com os respetivos gastos relacionados e a incorrer também nesses exercícios, na sequência do âmbito plurianual dos mesmos e de acordo com o princípio do acréscimo. O valor em causa refere-se exclusivamente à valência da formação profissional (POPH).

14.1.2. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	Situação em 31/12/2017			Situação em 31/12/2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Imposto sobre o valor acrescentado	7 623,26 €	- €	7 623,26 €	2 600,78 €	- €	2 600,78 €
Total do activo.....	7 623,26 €	- €	7 623,26 €	2 600,78 €	- €	2 600,78 €
Passivos						
Imposto sobre o rendimento			- €			- €
Retenção de impostos s/ rendimento	6 842,00 €	- €	6 842,00 €	7 228,00 €	- €	7 228,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	2 731,45 €	- €	2 731,45 €	1 591,81 €	- €	1 591,81 €
Contribuições p/ Segurança Social	24 317,77 €	- €	24 317,77 €	23 465,44 €	- €	23 465,44 €
FCT	283,60 €	- €	283,60 €	295,21 €	- €	295,21 €
Total do passivo.....	34 174,82 €	- €	34 174,82 €	32 580,46 €	- €	32 580,46 €

14.1.3. Outros gastos / Outros rendimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as rubricas da demonstração de resultados Outros gastos e Outros rendimentos e apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2017	31/12/2016
Outros gastos e perdas		
* Impostos	805,07 €	3 470,00 €
* Correções relativas a períodos anteriores	379,26 €	3 650,82 €
* Donativos	18,00 €	40,15 €
* Quotizações	2 169,40 €	2 179,40 €
* Multas e penalidades	2 500,00 €	299,50 €
* Subsídios, donativos, bolsas de estudo	71 226,09 €	102 100,10 €
* Outros não especificados	0,02 €	11,37 €
Total.....	77 097,80 €	111 751,34 €
Outros rendimentos e ganhos		
* Correções relativas a períodos anteriores	- €	1 498,38 €
* Imputação de subsídios ao investimento	55 147,60 €	54 438,05 €
* Restituição de impostos	2 505,05 €	- €
* Donativos	13 901,59 €	12 768,36 €
* Outros não especificados	- €	4 640,87 €
Total.....	71 554,24 €	73 345,66 €

14.1.4. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as rubricas da demonstração de resultados Fornecimentos e serviços externos e apresentavam a seguinte decomposição:

MA
ES
Parreira

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2017	31/12/2016	Variação
* Subcontratos	- €	74,67 €	- 74,67 €
Serviços Especializados			
* Trabalhos Especializados	86 412,86 €	34 051,93 €	52 360,93 €
* Publicidade e Propaganda	110,70 €	141,45 €	- 30,75 €
* Honorários	8 651,45 €	8 867,00 €	- 215,55 €
* Comissões	425,83 €	546,36 €	- 120,53 €
* Conservação e Reparação	10 591,00 €	11 707,82 €	- 1 116,82 €
* Serviços bancários	73,47 €	297,07 €	- 223,60 €
* Outros	30,00 €	8,00 €	22,00 €
Materiais			
* Ferramentas e ut. desg. rápido	14 050,93 €	10 072,77 €	3 978,16 €
* Livros e documentação técnica	120,02 €	1 424,34 €	- 1 304,32 €
* Material de escritório	1 581,96 €	2 069,29 €	- 487,33 €
* Artigos para oferta	886,00 €	150,00 €	736,00 €
* Outros	148,84 €	308,46 €	- 159,62 €
Energia e Fluidos			
* Electricidade	29 226,88 €	29 119,20 €	107,68 €
* Combustíveis	38 813,30 €	36 833,07 €	1 980,23 €
* Água	10 107,92 €	9 872,90 €	235,02 €
* Outros	10 345,72 €	17 915,90 €	- 7 570,18 €
Deslocações, estadas e transportes			
* Deslocações e estadas	8 345,22 €	1 963,97 €	6 381,25 €
* Transportes de pessoal	2 286,64 €	2 056,10 €	230,54 €
Serviços diversos			
* Rendas e alugueres	36,90 €	24,60 €	12,30 €
* Comunicação	3 909,53 €	4 568,87 €	- 659,34 €
* Seguros	9 581,06 €	11 365,45 €	- 1 784,39 €
* Contencioso e notariado	459,00 €	- €	459,00 €
* Despesas de representação	8,65 €	269,75 €	- 261,10 €
* Limpeza, higiene e conforto	13 768,42 €	18 925,38 €	- 5 156,96 €
* Vestuário e Calçado de Utentes	834,82 €	206,26 €	628,56 €
* Inscrição em Provas / Jogos	12,00 €	- €	12,00 €
* Outros	5 620,25 €	5 543,90 €	76,35 €
Total.....	256 439,37 €	208 384,51 €	48 054,86 €

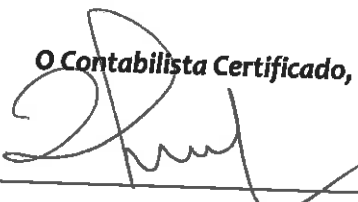
O aumento da rubrica de trabalhos especializados dos fornecimentos e serviços externos está relacionada com a subcontratação a partir de Setembro de 2017 dos serviços de confeção da alimentação servida nos refeitórios da instituição. Do mesmo modo verifica-se no exercício de 2017 uma redução do custo das matérias consumidas de quase 37.000 euros e igualmente dos custos com o pessoal, uma vez que os colaboradores afetos exclusivamente a estes serviços foram transferidos para a empresa que os presta.

14.1.5. Indicação do número médio de utentes por valências, no exercício:

Valências	Nº Médio de Utentes
VE - Valência Educativa	5
CAO - Centro de Atividades Ocupacional	60
FP - Formação Profissional	30
CRI - Centro Recursos Inserção	190
ATL - Actividades Tempos Livres	18
RSI - Rendimento Social de Inserção	575
IP - Intervenção Precoce	75
SAD - Serviço Apoio Domiciliário	15
Unidades Residenciais	17
Lar Residência e Residência Autónoma	27
Total.....	1012

Guarda, 5 de Março de 2018

O Contabilista Certificado,



CC nº 7086

O Conselho de Administração,